APRESENTAÇÃO

Nos últimos anos, o Direito bancário conheceu um conjunto amplo de alterações normativas, com implicações plúrimas e de longo alcance.

Em Portugal, o motor deste desenvolvimento regulatório é triplo, decorrendo da influência cruzada entre a harmonização normativa europeia, as respostas nacionais à crise e as medidas impostas pelo Memorando de Entendimento decorrente do programa de assistência financeira celebrado entre o Estado Português, o Fundo Monetário Internacional, o Banco Central Europeu e a Comissão Europeia.

É este fenómeno que o presente livro toma como objeto, procurando percorrer as novidades jurídicas relacionadas com a disciplina bancária, em vista da compreensão das tendências de fundo e da análise crítica das novas feições do regime e das respetivas consequências.

O volume inicia-se com uma análise transversal, a cargo de Paulo Câmara, dos diversos sinais de evolução da disciplina bancária, em sete vetores essenciais: novos produtos, novos intervenientes do sistema bancário, novos riscos e novos deveres bancários, novos temas abrangidos pela regulação bancária, novas estruturas regulatórias e de supervisão e novas fontes de regulação. O capítulo encerra com um balanço sobre as reformas normativas ainda por realizar, preconizando a desejabilidade de um futuro Código Bancário como resposta para a aguda balcanização normativa na área bancária.

O capítulo seguinte é dedicado à nova estrutura europeia de supervisão – concentrando-se especialmente na *European Banking Authority* (EBA) –, sendo da autoria de Sofia Thibaut Trocado.

Verónica Fernández analisa a temática dos sistemas de pagamentos, centrando-se nos desenvolvimentos recentes ocorridos nesta área.

Um dos temas novos é o do governo societário dos bancos, sendo aqui examinado por Paulo Câmara. Uma atenção particular, a esse propósito, é dedicada às novas regras e recomendações sobre remuneração na banca.

Segue-se o estudo realizado por Miguel Brito Bastos sobre instrumentos financeiros híbridos e fundos próprios das instituições de crédito – tendo por especial referência as obrigações de conversão condicionada em ações (*contingent convertibles*).

O desenvolvimento recente da supervisão bancária comportamental é percorrido pela leitura de Joana Pinto Monteiro, no Capítulo VI.

As páginas subsequentes são da responsabilidade de Manuel Magalhães, tomando por objeto a evolução do direito prudencial bancário no pós-crise: Basileia III e CRD IV.

Uma obra com este âmbito não poderia deixar de fora as alterações importantes registadas no âmbito dos novos regimes de intervenção corretiva, resolução e liquidação aplicáveis às instituições de crédito, determinadas pelo DL n.º 31-A/2012, de 10 de fevereiro. Mariana Duarte Silva encarrega-se do tema.

O capítulo IX encontra-se reservado para o tratamento dos sistemas de compensação de aforradores – numa análise combinada do Fundo de Garantia de Depósitos e do Sistema de Indemnização aos Investidores de que se incumbem Francisco Boavida Salavessa.

Outra relevante novidade prende-se com as modificações introduzidas pelo DL n.º 52/2011, de 26 de maio, ao regime da aquisição de participações qualificadas na banca, em transposição da Diretiva das Aquisições de Empresas Financeiras, as quais são estudadas por Paulo Câmara e Miguel Brito Bastos, no Capítulo X.

As alterações regulatórias na banca não incidiram apenas sobre o Velho Continente, sendo antes um movimento global. Particularmente importante é o diálogo transatlântico entre os avanços europeus e os progressos normativos norte-americanos. Por esse motivo, o livro encerra com uma análise dos desenvolvimentos regulatórios bancários registados nos Estados Unidos, num capítulo assinado conjuntamente por Paulo Câmara e Brian M. Tavares.

Este livro é obra da autoria dos advogados que integram o Núcleo de Financeiro e Governance da Sérvulo & Associados – Sociedade de Advogados R.L. Os artigos aqui apresentados têm uma origem diversificada. O capítulo introdutório constitui um fragmento das lições de Direito Bancário ministradas ao Curso de Mestrado da Faculdade de Direito da Universidade Católica Portuguesa, em Lisboa. Os demais capítulos constituem uma extensão de trabalhos profissionais realizados quer na vertente transaccional, quer na vertente regulatória. Sublinha-se, a este último propósito, as múltiplas intervenções que a Sérvulo & Associados preparou em comentário ao processo legislativo de revisão do Regime Geral das Instituições de Crédito e Sociedades Financeiras e da modificação do regime

jurídico de rec
de que a invest
articulação qu
bém, e cada ve

Março de 2

APRESENTAÇÃO

jurídico de recapitalização dos bancos (2011-2012). Este constitui mais um sinal de que a investigação jurídica e a advocacia convergem e interagem entre si numa articulação que se apresenta não apenas como mutuamente benéfica – mas também, e cada vez mais, como necessária.

Março de 2012